

Artigo

Que partidos são esses? Uma discussão sobre o surgimento de PSD, PROS e SD

*Who are these parties? A discussion about the
emergence of PSD, PROS and SD*

Lucas Macedo Almeida¹

Mestrando em Ciências Sociais – Estudos Latino-americanos - CEPPAC/
UnB. lucasmalmeida94@gmail.com

Resumo: O cenário político brasileiro possui um número bastante expressivo de partidos políticos. Entre os anos 2011 e 2014 surgem cinco novas legendas: PSD, PPL, PEN, PROS e SD. Destas, três destacam-se pelo tamanho inicial de suas bancadas. O trabalho analisa estes partidos sobre diversos prismas: contexto de surgimento, incentivos legais, processo migratório e desempenho eleitoral. Os resultados demonstram que os partidos apresentam trajetórias distintas, mas que todos se enfraqueceram depois das primeiras eleições, o que não pode ser completamente explicado pelas abordagens adotadas no trabalho, que trataram das coligações, do financiamento eleitoral, da carreira política e da identidade partidária.

Palavras-Chave: PSD; PROS; SD; migração partidária; eleições 2014.

Abstract: The Brazilian political scene has a very significant number of political parties. Between the years 2011 and 2014 rise five new subtitles: PSD, PPL, PEN, PROS and SD. Three of them are born with large benches in Parliament. The paper analyzes these parties on different prisms: the historical context in which they are registered, legal incentives, migration process and electoral performance. The results demonstrate that the parties have different paths, but all were weakened after the first election, which can not be fully explained by the approaches adopted at this work, which dealt with the coalitions, the electoral financing, political career and identity party.

Key Words: PSD; PROS; SD; party migration; elections 2014 in Brazil.

¹ Artigo apresentado na III Semana de Ciência Política da UFSCar (2015). Ele foi escolhido como melhor trabalho do GT2: Eleições, Partidos Políticos e o papel da Mídia nas Democracias e, desta forma, selecionado para ser publicado neste periódico.

1. Introdução

O Brasil passa por uma grande proliferação de partidos políticos. Grande parte da população desconhece o significado das legendas, o que defendem ou quais ideologias carregam estes partidos. Em 2014, estavam registradas 32 agremiações junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2013, houve a tentativa do registro de um trigésimo terceiro partido, o Rede Sustentabilidade. Partido este, liderado por Marina Silva, candidata a Presidência da República em duas oportunidades (2010 e 2014). Entretanto, a legenda não pôde ser registrada, por não ter alcançado o número necessário de assinaturas requisitadas pela legislação (Calgaro, 2013).

O surgimento de partidos no Brasil pós-período ditatorial tem sido contínuo e crescente. Além da Rede, muitos outros ainda buscavam seu registro perante a Justiça Eleitoral. Em 2015 registraram-se três legendas. O Rede, dois anos depois da tentativa anterior, conseguiu o apoio necessário para sua fundação. Além dele, o Partido Novo, ligado ao setor empresarial e ao pensamento neoliberal, e o Partido da Mulher Brasileira surgiram neste ano. A exceção do NOVO, as duas outras legendas apresentam bancadas dentro da Câmara dos Deputados.

Entre 2011 e 2014, surgiram no Brasil cinco novas agremiações políticas que obtiveram registro oficial. Estes foram: Partido Social Democrático (PSD), Partido Pátria Livre (PPL), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Solidariedade (SD). Os dois primeiros puderam lançar candidaturas às eleições municipais (2012), ao passo que os demais disputaram suas primeiras eleições apenas em 2014.

Dos cinco novos partidos políticos, três chamaram atenção pelo tamanho de suas bancadas dentro do Congresso Nacional. Os partidos PSD, PROS e SD, mesmo não tendo participado de eleições federais, já nasceram com representações consideráveis dentro da Câmara dos Deputados. O fenômeno que resultou no tamanho destas bancadas foi a migração partidária, isto é, parlamentares eleitos que mudam de legenda durante seus respectivos mandatos. Agora, como explicar este fenômeno? Quais os motivos desta migração concentrada nas novas legendas?

Segundo o site da Câmara dos Deputados, em novembro de 2014, o PSD apresentava a terceira maior bancada da Câmara (quarenta e cinco deputados) enquanto

SD contava com vinte e dois parlamentares e o PROS possuía vinte deputados (Câmara 2013). No Senado, cada uma das legendas contava com um representante (Senado 2013).

A fim de compreender melhor as motivações que levou a formação destas agremiações, o estudo foi dividido em quatro sessões. A primeira investiga como eles se inserem no contexto partidário, quais as suas origens e quem foram os atores-chaves responsáveis pelos seus surgimentos.

A segunda seção trará uma análise documental acerca da legislação brasileira pertinente ao tema. Dentro do arcabouço legal brasileiro serão analisadas a Lei nº 9.096 (Lei dos Partidos Políticos) e as Resoluções nº 22.610/2007 e 22.733/2008 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O intuito é compreender os incentivos para o surgimento de novos partidos e qual a diferença do atual arcabouço eleitoral para o que regeu a criação dos partidos nos anos anteriores. Ainda, trar-se-á uma visão acerca da Lei nº 12.875 de 30 de outubro de 2013, que busca inibir a criação de novas legendas.

A terceira seção, através de uma revisão bibliográfica, realiza uma reflexão quanto ao processo de troca-troca de parlamentares entre partidos políticos. Mostrar-se-á quais as motivações que levam a um parlamentar mudar de legenda e porque algumas delas conseguiram atrair mais parlamentares que outras.

A última seção analisa os dados quanto o desempenho dos novos partidos nas eleições de 2014. A ideia é observar os resultados que eles obtiveram em suas primeiras eleições na esfera federal e se estes serão capazes de se sustentar ao longo dos anos.

2. Origem dos novos partidos brasileiros (2011-2014)

Partido Social Democrático (PSD)

O Partido Social Democrático (PSD) foi registrado, junto ao TSE, no dia 27 de setembro de 2011. O número da legenda é 55, e o seu presidente desde a fundação é o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. A sigla do partido é uma homenagem ao antigo PSD, do período da Quarta República. Esta era a legenda do ex-presidente da república, Juscelino Kubitschek. Ele foi o primeiro partido a surgir dentro do período estudado.

Principal articulador da criação do PSD, Gilberto Kassab estava filiado anteriormente ao Democratas (DEM). Devido as suas pretensões, o político observava que o ex-PFL já não possuía o mesmo peso político de tempos anteriores. O partido já se encontrava

em declínio desde sua realocação dentro do cenário político como uma agremiação de oposição no plano nacional.

O capital político de Kassab foi muito importante para a criação do PSD. Ele mobilizou parte considerável da bancada do DEM para sua nova legenda. Outro peesedista de destaque é o ex-vice-governador de São Paulo, Affif Domingos. Correligionário de Kassab no DEM, Affif escreveu a carta de valores que embasará o futuro programa do partido², além de assumir a primeira pasta do partido no governo federal, a Secretária da Micro e Pequena Empresa.

Apenas do Democratas, Kassab conseguiu trazer 19 deputados da legenda para seu novo partido. Isto constituiu mais de um terço dos 55 deputados que compuseram o PSD. Dentre eles destacam-se políticos com nomes de tradição dentro do PFL/DEM, como Paulo Bornhausen, político de família tradicional de Santa Catarina.

Uma questão interessante sobre o processo de migração dos parlamentares do PSD é quanto a origem de seus partidos. Conforme a tabela 1, podemos observar que a legenda surge com a transferência de 16 partidos distintos na Câmara. A grande parte deste montante veio do DEM. O restante foi bem disseminado entre as demais agremiações. A maioria destes parlamentares estavam fora da base do governo.

Do total de deputados que migraram para o PSD, nota-se que dois terços deles vieram de legendas fora do governo. Este movimento pode ser explicado, em parte, pelo modelo distributivista da ação parlamentar. Neste modelo, considera-se que o interesse principal dos parlamentares é a vontade de se reeleger. Todas as ações do político ao longo do mandato são direcionadas a este fim (Limongi 1994, 10).

A aproximação com o governo seria uma circunstância onde o deputado teria maiores chances de alcançar a reeleição. Entre outras coisas, a aproximação do governo acarreta na maior taxa de aprovação de emendas orçamentárias. Na obra de Pereira e Rennó os autores encontram uma relação direta entre a fidelização do parlamentar com o Executivo, a implementação de emendas orçamentárias e o sucesso nas urnas (Pereira e Rennó 2007, 671).

² Até novembro de 2014, o PSD ainda não contava com um programa partidário, sendo a carta de princípios e valores o principal documento sobre a ideologia do partido.

Tabela 1: Origem por partido e por estado dos Deputados do PSD (2011)

Partidos	Nº	Estado	Nº
DEM	19	SP	09
PPS	04	BA	06
PP	04	MG	06
PR	04	RJ	05
PMN	03	GO	04
PMDB	03	SC	04
PSC	03	MT	03
PV	03	AM	03
PDT	03	PR	02
PSDB	02	PI	02
PTB	02	RR	02
PHS	01	MA	02
PCdoB	01	TO	02
PSB	01	RO	01
PT	01	RN	01
PSL	01	RS	01
		CE	01
		AL	01
Total	55	Total	55

Outra questão interessante é o grau de disseminação de origem das bancadas estaduais dos partidários do PSD. Dos 27 estados brasileiros, 18 contaram com, ao menos, um deputado peesedista. Contudo, observa-se uma concentração destes na região Sudeste. Vinte dos cinquenta e cinco deputados vieram de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. São Paulo é o berço do partido, entre outros fatores, por ser o colégio eleitoral do presidente da legenda. Ainda assim, o grau de distribuição regional é bastante disperso.

Partidos políticos de centro-direita buscaram, de diversas formas, coibir o surgimento da nova legenda. O DEM antecipou as eleições internas do partido, tentando agradar Kassab e impedir sua migração. O PSDB lançou uma série de ações contestando o processo de registro da nova legenda (Helena 2011).

O período de formulação, registro e validação do Partido Social Democrático durou menos de um ano. A pressa para o registro da legenda se deve a legislação eleitoral que obriga os políticos a estarem filiados à, pelo menos, um ano a uma legenda para que possam se candidatar as eleições. Sendo assim, os partidários do PSD estavam

interessados nas eleições municipais de 2012. A celeridade do processo foi bem recompensada. O partido foi o quinto a eleger mais vereadores em 2012. A legenda obteve 4.570 cadeiras nas Câmaras Municipais espalhadas por todo o país. As votações mais expressivas ocorreram no nordeste, onde o partido elegeu 1.875 vereadores. Já para as prefeituras, o PSD conquistou 494 municípios. O número é bastante expressivo, ficando a frente de legendas tradicionais como o DEM, PSB e PP, por exemplo (Oliveira e D'Agostino 2012). Os números sugerem que o PSD foi capaz de trazer uma série de políticos com forte base municipal para os seus quadros.

Desde o início, o PSD nasce como um partido forte. Em 2011, a legenda é uma das cinco maiores da Câmara. Posteriormente, alcançou valores expressivos nas urnas em 2012, elegendo grandes bancadas nas Câmaras Municipais e conquistando diversas prefeituras ao longo do país.

Partido da Ordem Social (PROS)

Em 24 de setembro de 2013 surge o Partido da Ordem Social (PROS). O número da legenda é 90 e o seu presidente é Eurípedes de Macedo Júnior. Ele surge as vésperas do prazo estipulado pela Justiça Eleitoral como limite para que um novo partido pudesse concorrer às eleições de 2014. O PROS nasce em um contexto de amplo embate político como base de sustentação do governo Dilma.

A história oficial do partido remonta ao seu presidente. O político ocupou apenas o cargo de vereador de Planaltina – GO. Segundo a página oficial do partido, a ideia de criação surgiu em 2008. A principal bandeira levantada é a redução de impostos e a reforma tributária.

Em novembro de 2014, o PROS contava com vinte e um deputados federais, um senador e um governador. A origem dos parlamentares que compõem a nova legenda é bastante diversa. Conforme se verifica na tabela 2, o partido que mais cedeu deputados aos PROS foi o PSB. O movimento pode ser entendido como uma resistência destes deputados em migrar para a oposição. O PSB, neste período, já havia deixado a base do governo petista com a intenção de lançar candidatura própria à disputa presidencial de 2014.

No que tange a origem destes parlamentares, observa-se que ela é bastante difusa. Os 21 deputados originam-se de 15 estados brasileiros distintos. O estado que mais

concentrou parlamentares foi o Ceará. Esta concentração está ligada a família Gomes, representada pelos irmãos Ciro e Cid. Durante o período, Cid Gomes ocupou o governo do Ceará, e Ciro já havia concorrido à presidência da República em 2002. Desta forma, os dois se apresentam como figuras relevantes dentro do cenário político nacional. No intuito de apoiar a reeleição de Dilma Rousseff, os dois migraram do PSB, que saiu da base governista, para o PROS.

Tabela 2: Origem por partido e por estado dos Deputados do PROS (2013)

Partidos	Nº	Estado	Nº
PSB	06	CE	05
PR	05	RJ	03
PDT	03	SP	01
PP	02	ES	01
PSC	01	MA	01
PSD	01	BA	01
DEM	01	DF	01
PTB	01	PA	01
PSDB	01	MT	01
		AL	01
		MG	01
		PB	01
		PR	01
		RR	01
		PE	01
Total	21	Total	21

Sendo umas das poucas figuras políticas conhecidas nacionalmente dentro do partido, os irmãos Gomes conquistaram protagonismo dentro da legenda, o que gerou atrito com o presidente nacional do partido.

O Partido Republicano da Ordem Social nasce para dar sustentação a base do governo de Dilma Rousseff. Logo após seu surgimento, o PROS formou um bloco com o PR dentro da Câmara dos Deputados³. O líder do partido na Casa era Givaldo Carimbão (AL) que estava na sua quarta legislatura como deputado federal. O PROS compôs

3 A formação de bloco é a união de dois ou mais partidos dentro da Câmara. Os partidos que compõem o bloco são representados por um líder oriundo de uma das legendas presentes. Uma das vantagens de participar de um bloco é que, para efeito regimental, soma-se a bancada de todos os partidos presentes no bloco. Isto pode acarretar, entre outras coisas, em prioridade na escolha de presidência das comissões permanentes, por exemplo.

a coligação *Com a força do povo*, responsável pela candidatura de Dilma a reeleição presidencial e conquistou o Ministério da Educação na segunda gestão da presidenta.

Solidariedade (SD)

Também no dia 24 de outubro de 2013 foi registrado no TSE, o Solidariedade. O número da legenda é 77 e o partido é presidido pelo deputado Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho da Força Sindical. O partido nasce como oposição ao governo do PT.

A composição inicial do SD é ainda mais dispersa que a do PROS. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, deputados de doze legendas distintas migraram para o Solidariedade. Os principais prejudicados com a criação do SD foram o PDT, que perdeu seis deputados, e o PMDB que perdeu quatro cadeiras. Neste caso, observa-se um pouco mais de equilíbrio na relação base-oposição. A distribuição dos parlamentares ficou parelha entre os apoiadores e aos contrários ao governo Dilma. Contudo, observa-se que os partidos da base que mais cederam parlamentares (PDT e PMDB) possuem setores muito descontentes com o governo petista. Na convenção partidária que confirmou o apoio do PMDB ao governo Dilma, 41% do partido votou contra a aliança (Azevedo 2014). No caso do PDT, Planalto e o partido tiveram atritos quando a Presidenta exonerou o presidente da legenda Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho por conta de supostas irregularidades (Gonçalves e Aquino, 2014).

O partido já surge com a intenção de realizar oposição ao governo petista. O fato é confirmado em plano nacional com a presença do SD na coligação de sustentação a candidatura de Aécio Neves (PSDB) ao Palácio do Planalto.

Figura proeminente no partido é a de seu presidente, Paulinho da Força Sindical. Ex-Líder do movimento "Força Sindical", Paulo Pereira tenta transportar seu prestígio e contato com o setor trabalhista da sociedade brasileira para o restante do partido. A Força Sindical foi criada em 1991 para confrontar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade representativa da classe trabalhista ligada ao Partido dos Trabalhadores. Paulinho foi eleito deputado federal em três oportunidades (2006, 2010 e 2014).

Quanto a distribuição regional destes políticos não observamos nenhum padrão ou concentração destes deputados. Em novembro de 2014, o Solidariedade encontra-se representado na Câmara em dezoito estados brasileiros, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3: Origem por partido e por estado dos Deputados do SD (2013)

Partidos	Nº	Estado	Nº
PDT	06	BA	03
PMDB	04	SP	02
PR	02	MG	02
PPS	02	SE	02
PEN	02	ES	01
DEM	01	AP	01
PSD	01	PE	01
PT	01	GO	01
PSL	01	PA	01
PP	01	CE	01
PRTB	01	PB	01
PSDB	01	AM	01
		MA	01
		DF	01
		PR	01
		RR	01
		TO	01
		RJ	01
Total	23	Total	23

Apesar de não contar com governadores, o partido possui uma bancada considerável na Câmara, além de estar representado no Senado por Vicentinho Alves (TO) na legislatura 2011-2014. A distribuição destes políticos, tanto na questão geográfica, quanto partidária ou ideológica é diversa.

3. Legislação eleitoral

Nesta seção são analisados os incentivos e as coerções geradas pela legislação político-eleitoral para a criação de partidos políticos. Busca-se verificar qual o papel e o grau de influência do nosso arcabouço legislativo para a existência destes novos partidos.

Primeiro, analisou-se a Lei 9.906 de 19 de setembro de 1995. Ela trata especificamente sobre os partidos políticos. Para criar uma legenda no Brasil necessita-se colher assinaturas de eleitores que correspondam a 0,5% do eleitorado nacional, espalhados

por, ao menos 09 estados onde, no mínimo, todos tenham ao menos 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles. Dado os inúmeros recursos presentes na atualidade como a internet, o colhimento destas assinaturas não tem se apresentado como uma tarefa muito difícil. Para se ter noção, atualmente, são necessárias mais que o dobro de assinaturas para se apresentar um projeto de lei de iniciativa popular (1,5 milhão) do que para criar um partido.

A pergunta ainda persiste, qual a vantagem de criar um partido no Brasil? Uma das principais é o acesso a recursos públicos. Todos as legendas têm acesso ao fundo partidário. A distribuição destes recursos ocorre da seguinte forma: 95% distribuídos conforme a representação de cada partido na Câmara dos Deputados e 5% distribuídos igualmente entre todos os partidos políticos. A título de exemplificação, em 2013, o Partido Pátria Livre (PPL) que não possui qualquer representação na Câmara dos Deputados, recebeu ao todo R\$ 484.230,47 (TSE 2014). O partido tem acesso a quase meio milhão de reais por ano sem a necessidade de possuir nenhum representante eleito.

Outro fator de interesse é o acesso, gratuito aos partidos, de exposição no rádio e na televisão. Durante as campanhas eleitorais, a distribuição é feita da seguinte forma: um terço do tempo é distribuído igualmente entre todos os partidos políticos e os outros dois terços são distribuídos conforme a representatividade de cada um dos partidos dentro da Câmara dos Deputados. Quando há coligações, o tempo de exposição na mídia de todos os partidos da coligação é somado. Neste caso, os partidos pequenos contam com uma moeda de barganha. Eles têm a oportunidade de se coligar a outras legendas, na esperança de, por exemplo, alcançar cargos políticos em algum governo. Em troca, a nova legenda cede seu tempo na mídia para as demais agremiações.

Os dois itens supracitados são elementos interessantes por si só para que um indivíduo crie um partido. As moedas de barganha e o montante de recursos a que a legenda tem acesso são bastante expressivos. Os novos partidos já iniciam a disputa eleitoral com moedas de troca que, ao menos facilitam o seu crescimento.

Ainda, é fácil observar que muitos destes novos partidos obtiveram grande parte de suas forças através do processo de migração partidária. Dentro da Ciência Política, muito se discute sobre o tema. Um dos principais motivos para que este processo ocorra de forma deliberada é por conta da ausência de punições aos políticos que migram de partido. O art. 17 §1º da Constituição Federal prevê que os partidos têm autonomia

para descrever as condições e punições para quem abandone a legenda. No entanto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que um político não pode perder seu cargo por conta de uma mudança de partido, independente do que cada estatuto preveja (Aras 2007, 167).

A legislação mais recente acerca do tema é a Resolução do TSE nº 22.610/2007 (com redação alterada pela nº 22.733/2008). Interessante notar que estes foram os primeiros partidos registrados após a vigência desta Resolução.

A partir disto, os políticos só podem mudar de partido em quatro casos específicos. Primeiro, quando há a incorporação ou fusão do partido; segundo, criação de uma nova legenda; terceiro, mudança brusca de orientação ideológica e; quarto, discriminação pessoal ou perseguição política (TSE 2007). Analisando estes quatro casos, percebemos que os partidos não são incentivados a fundirem-se porque abrem a oportunidade para que seus filiados insatisfeitos saiam da legenda. O terceiro e quarto caso tratam de questões mais específicas, pontuais. A principal janela de oportunidade encontra-se no segundo caso. A criação de novos partidos tornou-se, portanto, a fonte mais acessível para que parlamentares insatisfeitos migrassem de seus atuais partidos para outros.

Ao final de 2013, a presidenta Dilma sancionou a lei 12.875 que inibe o surgimento de novos partidos políticos. A legislação surge como uma tentativa dos atuais partidos de não terem suas forças reduzidas com a criação de novas agremiações.

Conforme salientado anteriormente, 95% dos recursos do fundo partidário são distribuídos proporcionalmente conforme a representação de cada legenda na Câmara. A nova lei afirma que serão desprezadas as composições de bancadas oriundas de migrações partidárias. Assim, valerá a composição gerada pela eleição anterior.

O art. 2º da Lei caminha no mesmo sentido. Para efeito de distribuição de tempo de rádio e televisão, o tempo distribuído proporcionalmente levará em conta o resultado obtido na última eleição para deputado federal.

Todas estas mudanças reduzem a força dos novos partidos. Com a aplicação da lei, as novas legendas, não importando o número de deputados que migrem para elas, terão acesso a recursos de tempo de rádio e tv e acesso ao fundo partidário semelhante ao recebido pelas legendas que não contam com qualquer representação na Câmara. Sendo assim, elas terão menos recursos para investir e, com isso, os partidos

que elegeram os deputados que migraram, não perderão os benefícios conquistados na urna com o surgimento de novas agremiações.

É certo que a nova legislação não impedirá o registro de novos partidos, como pudemos observar em 2015. Eles ainda se constituem como mecanismos interessantes para reacomodar as elites. Como será apresentado mais à frente, as novas legendas servem, também, para que haja trânsito dos parlamentares entre a base e oposição. No entanto, a lei gera empecilhos para que as novas legendas se sustentem ao longo dos anos. Com acesso reduzido a recursos públicos, os partidos que tenham obtido número relevante de parlamentares via processo migratório, terão poucos recursos para investir na reeleição dos mesmos.

4. Migração partidária

Schawanka afirma que existem dois períodos em que há maior número de trocas partidárias por parte dos parlamentares: logo após as eleições, ou imediatamente antes (Schawanka 2003 *apud* Aras 2006, 165). A explicação para o fenômeno ocorre da seguinte forma. No primeiro ano, os políticos buscam se reinserir dentro da estrutura política vigente. Já o último ano antes das eleições é a data-limite estabelecida pela Justiça Eleitoral para que haja filiações de políticos e estes possam concorrer a cargos públicos. Neste caso, os políticos são influenciados pela visão distributivista alentada por Limongi. A intenção dos atores é a de maximizar suas chances no pleito seguinte. Este fato pode ser observado no período estudado (2011-2014), uma vez que as maiores quantidades de migrações ocorreram em 2011 com a formação do PSD e em 2013 com PROS e SD.

Diante do que foi tratado no capítulo anterior, cabe a seguinte reflexão: Por que os políticos migraram para estas novas legendas? O que leva um parlamentar a trocar de partido político? Para tentar responder a estas perguntas tratemos de uma visão mais teórica acerca da questão, depois passando para o caso evidenciado.

Como pressuposto para a migração partidária, iremos adotar o pensamento de Michels acerca do processo de degeneração dos partidos. Segundo o autor, os partidos podem surgir para atender a projetos políticos como o liberalismo, socialismo, ambientalismo, dentre outros ou para representar determinados setores da sociedade como os

trabalhadores, por exemplo. Contudo, a partir da necessidade de buscar novos adeptos, vencer as eleições e sobreviver, as legendas tornam-se máquinas de obtenção de cargos e poder, perdendo seu traço mais forte com a ideologia e existindo apenas para se retroalimentar (Michels 1982, 229).

Este pensamento é muito próximo a teoria de partidos leves, líquidos ou esponja de Manin. Segundo ele, o declínio de partidos que se identificam com causas sociais e ideológicas ocorre, simultaneamente, com o crescimento dos partidos eleitoreiros, com foco exclusivo na obtenção de votos e com baixo teor programático (Manin 1997 *apud* Urbinati 2013, 103).

Sendo assim, como é reforçado na literatura de Limongi, o interesse dos parlamentares é de sempre buscar a reeleição e dos partidos é sempre aumentar suas bancadas e o número de cargos ocupados. Seguindo esta perspectiva, entendemos que a migração interpartidária ocorre como uma tentativa do político em ampliar as suas chances para reeleger-se, e do partido de ampliar seu poder de influência e barganha. As questões ideológicas e de representação ficam em segundo plano para estes atores.

Melo apresenta em sua obra uma série de argumentos para afirmar que os deputados migram de legenda como uma forma de ampliar, ou não acarretar prejuízos, nas suas chances de reeleição. Os parlamentares visavam a mudança partidária como estratégia de inibir o grau de incerteza nas eleições. Ele elenca três pontos: a) as migrações seguem um caminho de sobrevivência política, b) deputados que obtêm acesso a recursos via seus mandatos dificilmente mudam de legenda e c) os deputados migram para partidos capazes de ofertar maiores recursos (Melo 2004, 64).

No presente artigo, realizamos uma adaptação simplificada da pesquisa elencada por Melo em seu estudo. Sobre o aspecto a) buscamos identificar elementos que corroborem para a ideia de que as migrações ocorrem visando o período eleitoral. Em b), podemos observar o processo de migração partidária dos parlamentares para legendas da base governista e da oposição. Diante deste argumento, espera-se que a maior parte do processo de migração partidária ocorra no sentido: partido da base para partido da base, ou partido de oposição para partido da base. Com isto, identificaremos o fluxo de parlamentares interessados em recursos para compor o Governo Federal e a permanência dos que já possuem acesso a estes recursos. Por fim, c) iremos verificar se os

candidatos que buscaram reeleição em 2014 e que se filiaram a estes novos partidos realmente tiveram acesso a mais recursos de campanha nestas novas legendas.

A exploração que Melo realiza no item a) restringe-se, basicamente, ao período em que ocorre esta movimentação. Seus estudos corroboram com a visão de Schawanka quanto a periodicidade. Os políticos migram mais no primeiro e no terceiro ano de suas respectivas legislaturas. A análise do período estudado está em conformidade com a visão dos autores supracitados, conforme apresentado no gráfico 1:

Gráfico 1: Periodicidade da Migração Partidária (2011-2014)



Mais de 90% das transições partidárias da época ocorreram nos períodos mencionados. As justificativas apresentadas por Melo são:

“O primeiro ano de cada legislatura mostra-se propício tanto a uma eventual reacomodação, considerada necessária pelo deputado face aos resultados eleitorais nacionais ou estaduais recentes, quanto à busca de espaço nas legendas, tendo em vista a realização, no ano da seguinte, das eleições para prefeito” (Melo 2004, 68).

Neste momento, as migrações políticas resultam da vontade dos políticos de se repositarem dentro do novo cenário eleitoral, uma vez que sua filiação política ocorreu sem o conhecimento de qual seria o novo arranjo político, a composição do Congresso e das demais instâncias de poder. Das 64 transferências que ocorreram em 2011, 55 foram para a nova legenda que surgiu à época, o PSD.

Em 2012 ocorreram apenas sete transferências entre os parlamentares. Destas, três foram para o recém-criado PEN, que surge no mesmo ano, e uma para o PSD. Como

alentado, o período não oferece atrativos ou incentivos para que os deputados se movam de legenda.

2013 foi o ano em que ocorreu o maior número de mudanças eleitorais. Um dos motivos para o fluxo de políticos foi a criação dos PROS, partido da base e o SD, de oposição. “O terceiro ano, por sua vez, é o momento em que as posições devem ser redefinidas para a renovação da própria Câmara” (Melo 2004, 68). Do total, 44 mudanças de legenda ocorreram para a formação dos dois novos partidos.

Por último, 2014 apresentou apenas quatro transferências. Neste caso, os parlamentares apresentam uma razão muito clara para não trocar de partido: Os políticos que se filiam a um partido a menos de um ano do próximo pleito eleitoral não poderão concorrer nele. Sendo assim, os deputados que migraram em 2014 não puderam participar das eleições deste mesmo ano.

Sendo assim, a análise migratória da legislatura 2011 – 2014 deixa claro que a tendência se manteve. Ele também permite a interpretação que as mudanças ocorrem visando a sobrevivência do parlamentar dentro do cenário político, seja para melhor se acomodar dentro da arena política ou da legenda que participa, seja visando melhores condições de disputar as eleições seguintes.

O item b) da obra de Melo, verifica o direcionamento das migrações partidárias. A tabela 4 nos mostra a movimentação dos políticos. Para o PSD e o PROS só dois movimentos são possíveis. Os partidos são da base governista, e podem receber membros da base ou de fora dela. Em sentido oposto move-se os filiados ao SD. O sentido para esta legenda é sempre para fora do governo, mas seus componentes podem vir tanto do governo quanto fora dele.

O encaixe dos partidos políticos em relação ao binômio governo e não governo ocorreu através de três elementos. Primeiro, se o partido chefiava algum ministério durante o período estudado. Segundo, para o caso dos novos partidos, como cada um se posicionou perante o governo petista. Terceiro, para os partidos menores, aqueles que votaram de acordo com a orientação do governo em, ao menos, 80% dos casos, segundo o Basômetro do Jornal *Estado de São Paulo*⁴.

⁴ A base de dados do Jornal Estado de São Paulo apresentou-se como a fonte mais completa quanto a votação dos deputados durante o período estudado. O índice traz o grau de alinhamento de cada partido político com a orientação do Poder Executivo Federal.

Tabela 4: Direção do Fluxo Migratório

Partidos	Gov -> Gov	Gov -> Não Gov	Não Gov -> Gov	Não Gov -> Não Gov	Total
PSD	19 (34,5%)	X	36 (65,5%)	X	55 (100%)
PROS	12 (57,2%)	X	09 (42,8%)	X	21 (100%)
SD	X	15 (65,2%)	X	08 (34,8%)	23 (100%)
Novos	31 (31%)	15 (15%)	45 (46%)	08 (08%)	99 (100%)
Câmara	58 (39%)	27 (18,1%)	50 (33,5%)	14 (9,4%)	149 (100%)

Os dados apresentados corroboram com o pensamento apresentado por Melo. Um elemento importante para validar os dados apresentados foi a previsibilidade de posicionamento das legendas. Logo no início da sua formação, PSD e PROS já haviam manifestado que iriam participar da base do atual governo, ao passo que o SD posicionou-se previamente como oposição. Sendo assim, todos os parlamentares que migraram para os novos partidos tinham a ciência de que lado estariam.

O PSD foi o partido que mais corroborou para a validação da teoria. A cada três deputados da sigla, dois vieram de fora do governo. O número foi endossado pela grande parcela de parlamentares do DEM que migraram para a nova agremiação. Assim como seu líder, os parlamentares do DEM entendiam que para compor a base do governo e ter acesso aos recursos do Estado, a única solução viável seria sair da legenda.

Os partidos surgidos em 2013 adotaram uma lógica diferente. É importante ressaltar que no período, o governo federal encontrava uma avaliação negativa perante a sociedade. Em grande parte isto ocorreu por conta das manifestações de Junho e os índices negativos da economia no país (Datafolha 2014). O movimento dos parlamentares no ano anterior às eleições ocorre no sentido do político buscar melhores condições de se reeleger. Entende-se, portanto, que uma avaliação negativa do governo, influencia negativamente o fluxo para a base. O partido SD, da oposição, conseguiu atrair mais políticos que o PROS. Ao passo que o PROS pouco conseguiu atrair parlamentares de fora do governo.

Apenas nove dos vinte e um deputados do PROS não eram membros da base. O movimento realizado, com a formação do PROS foi o de acomodação da elite política. Os parlamentares migraram para melhor se acomodar na nova estrutura política. Em especial para reter políticos do PSB que havia migrado para a oposição.

O Solidariedade teve quase dois terços dos seus quadros formados por parlamentares da base. Neste caso houve um processo migratório de partidários da base para fora dela. A maioria deles veio de duas legendas: PDT e PMDB. Como salientado anteriormente, os dois partidos apresentaram atritos com o governo.

No entanto, o quadro geral remonta para a realocação dos partidos no sentido da base. Do total de migrações na Câmara entre 2011 e 2014, menos de um terço tinha como destino final o “não governo”. A análise do direcionamento do processo migratório corrobora com a tese distributivista, onde os parlamentares buscam maximizar suas chances de reeleição e ascensão política. “O movimento migratório é “predominantemente governista” (Melo 2004 *apud* Freitas 2012, 953)”. Ainda, estudos no campo temático enfatizam que o pertencimento a base governista gera acesso a recursos, de modo a ampliar as chances eleitorais do partido (Pereira e Rennó 2007, 671).

Por último, o item c) trata da questão de acesso a recursos. Segundo o arcabouço eleitoral, os partidos recebem grande parte dos seus recursos conforme sua representatividade na Câmara. Verificaremos se o montante arrecadado para a campanha eleitoral de 2014 foi maior do que a obtida pelos deputados em 2010.

Conforme a tabela abaixo, observamos a variação de financiamento entre as campanhas eleitorais de 2010 e 2014 dos políticos que pertencem as novas legendas. Lembrando que, para esta análise, foram utilizadas as bancadas de cada partido no momento das eleições.

Tabela 5: Financiamento dos Parlamentares dos novos Partidos

Partido	Financiamento -2010 (R\$)	Média por dep. - 2010 (R\$)	Financiamento - 2014 (R\$)	Média por dep. - 2014 (R\$)
PSD	49.314.942,54	1.095.887,61	49.169.553,97	1.092.656,75
PROS	17.232.366,85	847.535,18	13.648.947,38	682.447,369
SD	16.910.977,48	994.763,38	22.363.695,45	1.016.531,61
Total	83.458.286,87	979.395,39	85.182.196,80	979.105,71

Para validar as informações encontradas, foram utilizados apenas os dados dos deputados eleitos em 2010 e que se recandidataram em 2014 na tabela 6. Importante lembrar que o valor do financiamento apresentado adveio das antigas legendas dos partidos. Por fim, os valores do período anterior foram reajustados segundo o IGP-DI,

índice que mede a inflação no país. Os dados utilizados são referentes aos deputados federais destas três novas legendas: PSD, PROS e SD.

Partindo da ideia de que os parlamentares migram com a intenção de potencializar as suas chances de reeleição, observamos que a variável financiamento de campanha não se mostra como relevante para analisar esta questão. Verificamos que os deputados, ao migrarem para as novas legendas, não conseguiram gerar mais recursos para suas respectivas campanhas eleitorais. Importante para se entender este processo é frisar que há certa imprevisibilidade nele. Os deputados ao migrarem, não tem certeza quanto ao seu futuro político. Todos os anseios partem de expectativas. Entretanto, torna-se claro que dificilmente o financiamento de campanha foi um elemento primordial na decisão destes parlamentares para trocarem de legenda. Ao menos, de modo geral.

Retomando o pensamento de Melo e Schawaka, as transferências eleitorais, especialmente do penúltimo ano do mandato, visam as eleições seguintes, a reeleição de seus cargos. Neste sentido, imagina-se que os deputados de PROS e SD mudaram para estas legendas visando ampliar suas chances nas eleições seguintes. Do ponto de vista do financiamento, os partidários do PROS saíram prejudicados pela transferência. O montante destinado ao mesmo agrupamento de políticos reduziu-se em mais de R\$ 3 milhões na última eleição. Em sentido oposto, os partidários do Solidariedade obtiveram certa vantagem nesta mudança. Eles receberam mais R\$ 5 milhões de financiamento no total. Cada deputado da legenda teve, em média, R\$ 1.016.531,61.

Na seção seguinte, verificaremos qual o grau de sucesso que cada um destes partidos obteve na manutenção de seus quadros.

5. Desempenho eleitoral

No Brasil, é interessante notar que a corrida eleitoral costuma se centrar na figura dos políticos e não dos partidos. As agremiações são dotadas de poucos recursos para controlar o processo eleitoral de seus candidatos. A existência de um financiamento individual de campanha, a possibilidade de a legenda lançar mais candidatos ao pleito que o número de vagas existentes (nas eleições proporcionais) e a ausência de mecanismos de ordenamento de preferência partidária sobre seus candidatos (lista aberta) geram um sistema de alta competitividade interna entre correligionários. O cenário

oferta bastante autonomia ao candidato, que se torna, na maioria dos casos, detentor de boa parte do capital político responsável por elegê-lo.

A primeira análise é quanto a taxa de reeleição dos deputados de cada legenda. Neste momento, testaremos a hipótese de que a taxa de reeleição dos novos partidos seria semelhante a das demais legendas. Isto ocorreria pelo entendimento de que as eleições brasileiras são essencialmente personalistas e, portanto, o fato dos partidos serem novos no cenário eleitoral não influenciaria os valores encontrados.

Tabela 6: Taxa de reeleição dos deputados

Partido	Bancada 2014	Reeleitos 2015
PSD	45	23 (51%)
PROS	20	08 (40%)
SD	22	11 (50%)
Novos Partidos	87	42 (48%)
Câmara dos Deputados	513	198 (43,5%)

A taxa média de reeleição da Câmara chegou a 43,5%, ao passo que a dos novos partidos ficou em 48%. O resultado encontrado mostra que a média de reeleição destes foi levemente superior que a apresentada pela Casa. Apesar de a diferença ser baixa, as novas legendas obtiveram maior sucesso em reeleger os parlamentares que estavam presentes na Câmara no ano de 2014. O dado pode ser explicado pela tabela 8, que demonstra que estas legendas lançaram mais candidatos a reeleição que os demais.

A variação entre PROS, se comparado com PSD e SD pode ser atrelado ao financiamento destinado aos parlamentares de cada legenda. Conforme a tabela 5, verificamos que a média de financiamento dos deputados do PROS foi consideravelmente inferior aos apresentados pelos parlamentares das outras duas legendas. O elemento pode estar atrelado ao resultado final, onde PROS reelegeu menos deputados federais.

Outro elemento aferido foi a pretensão dos parlamentares quanto sua carreira política. A média de candidaturas à reeleição dos novos foi pouco superior a apresentada pelo restante da Câmara, conforme tabela abaixo:

Tabela 7: Taxa de candidaturas a reeleição

PSD	PROS	SD	Novos Partidos	Câmara (Total)
36 (80%)	15 (75%)	18 (85%)	69 (80%)	391 (76%)

Os dados acima demonstram que os novos partidos lançaram, em média, mais deputados a reeleição do que o restante da Câmara dos Deputados. Portanto, o número de candidaturas à reeleição também não é responsável pelo desempenho inferior das novas legendas, no resultado final.

Para complementar os dados sobre o desempenho eleitoral dos novos partidos nas eleições de 2014 para a Câmara dos Deputados, temos o resultado final do pleito. De todas as legendas representadas na Casa, nove delas perderam cadeiras em 2014. Tirando o PT, com a perda de dezoito assentos, PROS, PSD e SD foram as legendas que mais perderam cadeiras. Somados, as três agremiações perderam, ao todo, vinte e quatro cadeiras, mais do que toda a bancada anterior do PROS ou do SD.

O PSD viu sua força cair consideravelmente. Na legislatura 2011-2014, o partido tornou-se o terceiro maior partido da Casa. Agora, com trinta e sete deputados, ele foi superado pelo PSDB e passou a apresentar número de parlamentares semelhantes a legendas como: PP (36), PR (34) e PSB (34).

Solidariedade e PROS também perdem relevância no cenário nacional. O primeiro, que pertence a oposição, passa a ser apenas a 12ª maior legenda da Câmara, sendo ultrapassado por alguns partidos. O PROS, que sofreu a maior das baixas dentre os três contará na legislatura 2015 – 2018 apenas com 11 deputados. Desta forma, ele será a 14ª legenda em número de deputados.

Tabela 8: Bancadas da Câmara (2014 - 2015)

Partidos	Bancada 2014	Bancada 2015	Variação	Partido	Bancada 2014	Bancada 2015	Variação
PT	88	70	-18	PPS	6	10	4
PMDB	71	66	-5	PCdoB	15	10	-5
PSDB	44	54	10	PV	8	8	0
PSD	45	37	-8	Psol	3	5	2
PP	40	36	-4	PHS	0	5	5
PR	32	34	2	PTN	0	4	4
PSB	24	34	10	PMN	3	3	0
PTB	18	25	7	PRP	2	3	1
DEM	28	22	-6	PEN	1	2	1
PRB	10	21	11	PTC	0	2	2
PDT	18	19	1	PSDC	0	2	2
SD	22	15	-7	PRTB	0	1	1
PSD	12	12	0	PSL	0	1	1
Pros	20	11	-9	PTdoB	3	1	-2

Fonte: DIAP (2014), com alterações.

Os dados apresentados reforçam que estas novas legendas tiveram muitas dificuldades em manter a força conquistada através do processo migratório. Os novos partidos enviaram mais parlamentares a reeleição que o restante da Casa e conseguiram reeleger uma quantidade superior de deputados. No entanto, as legendas encontraram dificuldades em emplacar outros correligionários e, com isso, observaram grandes quedas no tamanho de suas bancadas.

Como compreender este processo? O presente artigo não gerou dados para responder de modo suficiente esta pergunta. No entanto, é possível observar uma série de variáveis e identificar quais os caminhos que não devem ser seguidos em estudos posteriores para compreender este cenário.

Recapitulando o que já foi apresentado, o *primeiro* item foi a questão da carreira política. Ela não se mostrou uma variável suficiente para explicar o que levou a queda destas legendas. O conceito de carreira política advém da ideia de que “os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando por aqueles que julgam mais importantes ou prestigiosos” (Miguel 2003, 115). Segundo escala elaborada por Miguel, a maioria dos políticos prefere ocupar cargos como governador, senador ou mesmo prefeito de grandes cidades à manter-se como deputado federal. No entanto, observou-se que os políticos das novas legendas optaram mais por buscar a reeleição do que tentar cargos superiores dentro da estrutura política brasileira.

Em *segundo* lugar, analisamos a questão do financiamento de campanha eleitoral. Segundo dados fornecidos pelo Jornal Estado de São Paulo (Toledo e Burgarelli 2014), o financiamento médio para eleger um deputado federal em 2014, foi de 1.4 milhão. Observa-se que o deputado pessedista custou exatamente o valor da média. Já os deputados do SD 1,3 milhão e do PROS quase 1,2 milhão de reais. Portanto, a média de financiamento não é elemento suficiente para compreender a baixa eleitoral destas siglas, uma vez que os gastos com campanha eleitoral destes partidos foram similares aos demais.

Em *terceiro* lugar, alentou-se a possibilidade da identidade partidária. “A identidade partidária pode ser entendida como uma associação psicológica que as pessoas travam com um partido a partir de suas percepções, valores ou comportamentos” (Campbell 1960 apud Veiga, 2007, 342). No Brasil, é baixa a identificação dos eleitores com os partidos políticos. Segundo a base de dados do ESEB, apenas 28% dos eleitores brasileiros se identificavam com alguma legenda em 2006. Os únicos partidos que apresentaram

algum grau significativo de identidade, a saber foram PT, PSDB e PMDB. Ainda assim, os valores são baixos. A exceção do PT, nenhuma legenda alcança mais de 10% de identificação com o eleitor (Veiga 2007, 345). Sendo assim, a prerrogativa de que os partidos novos seriam desconhecidos e, por isso, não contariam com a empatia do eleitor brasileiro não se sustenta, uma vez que a variável se estende a um número muito reduzido de legendas.

Em *quarto* lugar, as coligações realizadas por estas legendas em cada um dos vinte e sete estados também não explica a redução das bancadas. No sistema brasileiro, para que um partido consiga ter acesso a cadeiras dentro do Congresso ele deve superar o quociente eleitoral, a ser estabelecido pela divisão do voto total dos eleitores pelo número de cadeiras a ser disputada. Caso a prerrogativa das coligações eleitorais não pudesse ser empregada nestas eleições, PSD, PROS e SD perderiam ainda mais deputados (Congresso em foco 2014).

6. Considerações finais

A intenção do trabalho foi de fazer uma explanação de vários elementos distintos de modo a compreender melhor o processo de surgimento dos novos partidos brasileiros. Foram adotadas diversas perspectivas, como: contexto histórico, estímulos institucionais, análise do processo de migração partidária e resultado das eleições nacionais as quais estes partidos vivenciaram.

Um golpe poderoso contra o DEM foi o surgimento do PSD, que levou consigo quadros importantes do partido. O PSD trouxe uma fração significativa da oposição para o seio do governo. Ao final de 2013, surgem dois novos partidos: PROS E SD. Ambos configuram-se inicialmente como partidos médios. O primeiro, pertencente a base do governo. Além disso, o PROS conquista algumas lideranças conhecidas da política brasileira como os irmãos Gomes do Ceará. Já o SD, apoiado no sindicalismo, vem para a oposição rivalizar com PT em seu berço político.

Todos estes partidos surgem a partir de uma janela de oportunidade ofertada pelo TSE. Via resolução, o Tribunal restringe, em grande parte, o processo de migração partidária, tornando o ingresso em novos partidos, a alternativa mais viável de realocação política. Sendo assim, eles tornam-se capazes de capitanear a insatisfação de políticos

das mais diversas agremiações. Janela esta que foi parcialmente fechada depois da Lei 12.875, onde os próximos partidos que surgirem terão grande parte dos recursos restringidos.

No entanto, o elemento que mais chama a atenção no surgimento destes partidos é o tamanho deles. Todos nasceram com bancadas significativas dentro da Câmara. A migração partidária foi o processo que permitiu isso. Neste sentido, os partidos mostraram que, na maioria, os parlamentares buscam compor os partidos da base governista, em especial no início da legislatura. Ao final, com o governo federal em baixa diante da opinião pública, o movimento foi contrário, porém, menos intenso.

Além disto, o fluxo migratório ocorreu no primeiro e no penúltimo ano da legislatura. As explicações existentes na literatura são para, no primeiro caso, uma reacomodação das elites e a busca por melhores posições junto as disputas municipais do ano seguinte. No segundo, os parlamentares estariam buscando melhores condições para participar das eleições do ano subsequente.

A última esfera estudada neste ensaio foi as eleições de 2014. Nela, verificou-se que os novos partidos perderam forças depois do pleito. As taxas de reeleição destas legendas foram poucos superiores as encontradas na média da Câmara. No entanto, excetuando-se o PT, os novos partidos foram os que mais perderam cadeiras. Percebe-se uma dificuldade destas legendas em conseguir eleger outros políticos.

Foram exploradas questões como o financiamento de campanha, identidade partidária, carreira política e coligações eleitorais. Contudo, nenhuma das variáveis mostrou-se suficiente para explicar o enfraquecimento das legendas.

A verdade é que estes partidos surgiram já muito poderosos. Poder este, que não veio diretamente da vontade popular. E o preço disto começou a ser pago nas primeiras eleições disputadas. Com tamanhos e ideologias muito distintas, os partidos necessitarão se provar diante do eleitor brasileiro se almejam resistir dentro do sistema político brasileiro.

7. Referências bibliográficas

Aras. Augusto. 2006. "Fidelidade Partidária: A perda do mandato parlamentar". Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, p. 153-176.

- Fleischer, David. 2006. "Coligações Eleitorais". In *Reforma Política no Brasil*. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- Freitas, Andréa. 2012. "Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 4, pp. 951 a 986.
- Limongi, Fernando. 1994. "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente". In *BIB*, n. 37, Rio de Janeiro, p. 3-38.
- Melo, Carlos R. 2004. "Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)". Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- Michels, Robert. 1982. "Sociologia dos Partidos Políticos". Editora da UnB, Brasília.
- Miguel, Luis F. 2003. "Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro". *Revista de Sociologia Política*, Curitiba.
- Pereira, Carlos; Rennó, Lúcio. 2007. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil". *Rev. Econ. Polit*, v.27, n.4, São Paulo.
- Ribeiro, Ricardo L. M. 2014. "Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL". *Revista de Sociologia Política*, v. 22, nº 49, p. 5-37.
- Urbinati, Nádia. 2013. "Da democracia dos partidos ao plebiscito de *audience*". *Rev. Lua Nova*, São Paulo, 89: 85-105.
- Veiga, Luciana F. 2007. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudança e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opin. Publica vol.13 nº.2* Campinas.
- Azevedo, Reinaldo. 2014. "Ala anti-Dilma do PMDB surpreende e leva 41% dos votos; partido não está tão dividido desde 2002. *Veja*, 10 de junho. Acessado em: 24/11/2014. <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ala-anti-dilma-do-pmdb-surpreende-e-leva-41-dos-votos-partido-nao-esta-tao-dividido-desde-2002/>.
- Calgaro, Fernanda. 2013. Por 6 votos a 1, TSE rejeita criação da Rede, partido de Marina Silva. *Uol Notícias*, 03 de outubro. Acessado em: 10/02/2015. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/03/maioria-do-tse-vota-contra-criacao-do-partido-de-marina-silva.htm>
- Câmara dos Deputados. 2013. "Lideranças e Bancadas". Acessado em: 05/11/2014. <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-atual>.

- Capelas, Bruno. 2013. Partido Pirata no Brasil tem registro oficializado. *Blog Estadão*, 11 de dezembro. Acessado em: 05/11/2014. <http://blogs.estadao.com.br/link/partido-pirata-do-brasil-tem-registro-oficializado/>
- Congresso em foco. 2014. "Como ficariam as bancadas na Câmara a partir de 2015 se não houvesse coligação". Acessado em: 30/11/2014. <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2014/10/Como-ficariam-as-bancadas-na-C%C3%A2mara-a-partir-de-2015-se-n%C3%A3o-houvesse-coliga%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Datafolha. 2014. "Governo Dilma é aprovado por 35% dos brasileiros". Acessado em: 31/11/2014. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/09/1509007-governo-dilma-e-aprovado-por-35-dos-brasileiros.shtml>.
- Gonçalves, Carolina e Aquino, Yara. 2014. "Em convenção nacional, PDT oficializa apoio à reeleição de Dilma. *EBC Agência Brasil*, 10 de junho. Acessado em: 24/11/2014. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-06/em-convencao-nacional-pdt-oficializa-apoio-reeleicao-de-dilma>
- Helena. 2011. "PSDB se alia ao DEM em operação para barrar criação do PSD". *Amigos do Brasil*, 22 de junho. Acessado em: <http://osamigosdobrasil.com.br/2011/06/22/psdb-se-alia-ao-dem-em-operacao-para-barrar-criacao-do-psd/>
- Novo será o nome do próximo partido de extrema direita. *Tribuna Hoje*, 18 de agosto de 2013. Acessado em: 05/11/2014. <http://www.tribunahoje.com/noticia/72796/brasil/2013/08/18/novo-sera-o-nome-do-proximo-partido-de-extrema-direita.html>
- Oliveira, Mariana e D'Agostino, Rosanne. 2012. "PMDB e PSDB perdem vereadores, e PT cresce nas câmaras municipais". Acessado em: 20/11/2014. <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pmdb-e-psdb-perdem-vereadores-e-pt-cresce-nas-camaras-municipais.html>.
- Senado Federal. 2013. "Senadores". Acessado em: 05/11/2014. <http://www.senado.gov.br/senadores/>.
- Toledo, José Roberto de e Burgarelli, Rodrigo. 2014. "Eleição do Congresso 2015 custa R\$ 1 bilhão". Acessado em: 03/04/2015. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eleicao-do-congresso-2015-custa-r-1-bilhao,1588590>
- Tribunal de Justiça Eleitoral (TSE). 2014. "Distribuição do Fundo Partidário Duodécimos 2013". Acessado em: 10/11/2014. <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-distribuicao-do-fundo-partidario-duodecimos-2013>.

Tribunal de Justiça Eleitoral (TSE). 2007. "Fidelidade Partidária – Resolução 22.610". Acessado em: 02/10/2014. http://www.tse.jus.br/internet/partidos/fidelidade_partidaria/res22610.pdf.

Recebido: 05/09/2015

Aceito: 20/12/2016